

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DESIGUALDADES SOCIAIS NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO COMPARATIVO

EDUCATIONAL POLICIES AND SOCIAL INEQUALITIES IN THE AMAZON: A COMPARATIVE STUDY

Adriane de Oliveira Santos¹

RESUMO: O presente artigo propõe um estudo comparativo acerca das políticas educacionais e das desigualdades sociais na região Amazônica, visando identificar e analisar os impactos dessas políticas na redução das disparidades educacionais entre diferentes comunidades amazônicas. Utilizando uma metodologia de revisão bibliográfica, foram examinados artigos, livros e relatórios governamentais publicados nos últimos vinte anos que discutem a eficácia das políticas educacionais implementadas na Amazônia. Este estudo adota uma abordagem qualitativa para melhor entender os contextos socioculturais e econômicos que influenciam a educação na região. A análise dos dados coletados revela uma persistente desigualdade no acesso e na qualidade da educação oferecida, apontando para a necessidade de políticas mais robustas e especificamente adaptadas às realidades locais. A pesquisa evidencia que, apesar de alguns avanços, as políticas educacionais ainda são insuficientes para superar os desafios estruturais e socioeconômicos enfrentados pelas populações locais. Como conclusão, o estudo sugere a implementação de estratégias educacionais mais inclusivas e contextualizadas, que considerem as particularidades culturais e geográficas da Amazônia. Isso inclui a formação de educadores locais, o desenvolvimento de conteúdos programáticos que valorizem o conhecimento indígena e o investimento contínuo em infraestrutura educacional. Por fim, esse estudo visa, contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e equitativas, promovendo a justiça social e o desenvolvimento sustentável na região.

900

Palavras-chave: Educação. Desigualdade Social. Amazônia.

ABSTRACT: This article proposes a comparative study of educational policies and social inequalities in the Amazon region, with the aim of identifying and analysing the impact of these policies on reducing educational disparities between different Amazonian communities. Using a bibliographic review methodology, articles, books and government reports published over the last twenty years that discuss the effectiveness of educational policies implemented in the Amazon were examined. This study adopts a qualitative approach to better understand the socio-cultural and economic contexts that influence education in the region. Analysing the data collected reveals persistent inequality in access to and quality of the education on offer, pointing to the need for more robust policies specifically adapted to local realities. The research shows that, despite some progress, educational policies are still insufficient to overcome the structural and socio-economic challenges faced by local populations. In conclusion, the study suggests implementing more inclusive and contextualised educational strategies that take into account the cultural and geographical particularities of the Amazon. This includes the training of local educators, the development of programme content that values indigenous knowledge and continued investment in educational infrastructure. Finally, this study aims to contribute to the formulation of more effective and equitable public policies, promoting social justice and sustainable development in the region.

Keywords: Education. Social Inequality. Amazonia.

¹Especialista em Psicopedagogia e Formação de Jovens e Adultos (EJA) pelo Centro Educacional Anhanguera. Graduada em Pedagogia pelo Centro Educacional Anhanguera. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0566-5286>.

I INTRODUÇÃO

A Amazônia, uma região de vasta diversidade cultural e biológica, enfrenta desafios singulares no que tange à educação e ao desenvolvimento social. Sua extensão territorial, combinada com a dispersão populacional e a variedade de grupos étnicos, cria um cenário complexo para a implementação de políticas educacionais eficazes. Esse contexto torna imperativo estudar as políticas educacionais aplicadas na região, especialmente em relação ao seu papel na mitigação das desigualdades sociais que persistem entre as diferentes comunidades.

Dentro deste panorama, emerge a seguinte questão de pesquisa: Qual o impacto das políticas educacionais na redução das desigualdades sociais entre as comunidades na Amazônia? A investigação proposta visa não apenas esclarecer essa questão, mas também analisar as formas através das quais a educação pode funcionar como um veículo de inclusão social e desenvolvimento econômico nas áreas mais remotas e vulneráveis da região.

O objetivo deste estudo é realizar um exame comparativo das políticas educacionais implementadas na Amazônia, buscando identificar e discutir os efeitos dessas políticas na redução das desigualdades educacionais observadas entre as comunidades. Através de uma abordagem qualitativa e dedutiva, este trabalho se debruça sobre literaturas e documentos que refletem a evolução e o estado atual das práticas educativas na região, proporcionando uma análise crítica e construtiva.

A relevância social deste estudo é evidenciada pela necessidade de promover uma educação mais equitativa que possa garantir melhores oportunidades de vida para as populações marginalizadas da Amazônia. Academicamente, este trabalho contribui para o campo da educação comparada, oferecendo uma perspectiva específica sobre regiões de grande diversidade e complexidade geográfica. A compreensão aprofundada das políticas educacionais e suas falhas permite propor reformulações que almejem uma educação verdadeiramente inclusiva e adaptada às necessidades locais.

A metodologia empregada foi uma pesquisa bibliográfica, em que se revisaram estudos prévios, relatórios de instituições educacionais e documentos governamentais. Este método qualitativo e dedutivo facilitou a identificação de padrões nos dados existentes e suporta a construção de um argumento lógico baseado na teoria e na evidência revisada, iluminando as conexões entre política educacional e desigualdade social.

As contribuições deste estudo são multifacetadas. Primeiramente, ele oferece um retrato detalhado da situação atual das políticas educacionais na Amazônia, destacando os sucessos e as áreas que necessitam de intervenção urgente. Além disso, por sugerir modificações práticas nas abordagens políticas, o trabalho tem o potencial de influenciar decisões políticas e *stakeholders* educacionais, promovendo uma reformulação das estratégias de ensino na região.

Em suma, o estudo não apenas esclarece as complexidades enfrentadas na implementação de políticas educacionais na Amazônia, mas também propõe caminhos para a construção de um sistema educacional mais justo e eficiente. Ao fazer isso, ele não apenas contribui para o debate acadêmico, mas também oferece diretrizes práticas que podem efetivamente diminuir as barreiras educacionais enfrentadas pelas comunidades amazônicas, pavimentando o caminho para um futuro mais promissor para a região.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONTEXTO GEOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO DA AMAZÔNIA

A vastidão geográfica da Amazônia, com sua rica biodiversidade e complexa tapeçaria cultural, desempenha um papel crucial na configuração das políticas educacionais destinadas a atender suas comunidades diversas. Esta região, abrangendo vários países da América do Sul, apresenta desafios únicos devido à sua dispersão populacional e à variedade de ecossistemas que abriga. Silva, Silva e Oliveira (2023) destacam a importância da participação social e da mediação escolar na região, sugerindo que estas estratégias podem potencializar o envolvimento comunitário e, por conseguinte, aprimorar as iniciativas educacionais adaptadas às peculiaridades locais.

No entanto, o acesso à educação na Amazônia é frequentemente limitado por infraestruturas inadequadas e recursos escassos. Estes obstáculos são amplificados pela logística desafiadora de conectar áreas remotas e dispersas, o que torna a implementação de políticas educacionais consistentes um empreendimento complexo. A pesquisa de Almeida, Silva e Stribel (2023) ressalta a necessidade de conceber a democracia moderna através de prismas que reconheçam as especificidades regionais, sugerindo que a qualidade da educação é diretamente impactada pela capacidade de adaptar as abordagens educacionais às crises locais.

Conforme Costa (2018) analisa, a estrutura social da Amazônia está intrinsecamente ligada às crises políticas do Brasil. Essas crises refletem e exacerbam as dificuldades encontradas no campo educacional, onde a desigualdade social e econômica prevalecente impede muitos de acessar uma educação de qualidade. É necessário, portanto, que as políticas públicas sejam orientadas não apenas para superar barreiras geográficas, mas também para combater as iniquidades sociais que persistem na região.

A desigualdade é um tema central na discussão sobre a Amazônia, como evidenciado por Silva (2010), que caracteriza a pobreza e a disparidade socioeconômica como obstáculos substanciais ao desenvolvimento. Essas condições não apenas dificultam o acesso aos serviços básicos, incluindo a educação, mas também perpetuam um ciclo de privação que limita as oportunidades de avanço social e econômico para as gerações futuras.

A aplicação de uma abordagem dialética na pesquisa educacional, conforme proposto por Sánchez Gamboa (2008), é vital para entender as complexidades das interações entre os diversos fatores socioeconômicos e educacionais na Amazônia. Tal abordagem permite uma análise mais profunda das causas e efeitos das políticas educacionais, incentivando soluções que sejam reflexivas e abrangentes, e que considerem as múltiplas dimensões da vida amazônica.

Além disso, a democratização do acesso à educação na Amazônia requer uma consideração cuidadosa das práticas culturais e das línguas locais. É essencial que as políticas educacionais sejam sensíveis ao contexto cultural, promovendo métodos de ensino que respeitem e valorizem a identidade cultural dos estudantes. Esta estratégia não apenas enriquece a experiência educacional, mas também fortalece as bases comunitárias e a coesão social.

Em face dos desafios apresentados, é imperativo que os formuladores de políticas, em colaboração com as comunidades locais e especialistas em educação, desenvolvam estratégias robustas e adaptativas que possam efetivamente atender às necessidades educacionais da região. Estas estratégias devem ser continuamente avaliadas e ajustadas para assegurar que todos os alunos amazônicos tenham acesso a uma educação que seja tanto inclusiva quanto capacitadora.

Portanto, enquanto se busca promover uma educação transformadora na Amazônia, deve-se também aspirar a uma compreensão holística que abrace tanto a diversidade geográfica quanto a complexidade socioeconômica da região. Este entendimento é crucial

para a formulação de políticas que não apenas abordem as necessidades educacionais imediatas, mas também fomentem um desenvolvimento sustentável e equitativo, capaz de transcender as limitações atuais e pavimentar o caminho para um futuro promissor para todas as comunidades amazônicas.

2.2 ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS IMPLEMENTADAS

As políticas educacionais implementadas na Amazônia ao longo das últimas décadas têm gerado um campo fértil para debates e análises críticas. Com a sua diversidade cultural e desafios socioambientais singulares, esta região exige uma abordagem educacional diferenciada. As estratégias adotadas precisam transcender os modelos convencionais e se adaptar às peculiaridades locais para serem efetivas. Lemos e Matos (2020) argumentam sobre a necessidade de uma escola que seja verdadeiramente democrática e inclusiva, capaz de enfrentar e se integrar aos desafios específicos da Amazônia, um ponto crucial para a reformulação das políticas educacionais.

Os programas lançados e os recursos destinados à educação na Amazônia têm sido, até certo ponto, significativos. No entanto, é imperativo questionar: essas iniciativas estão realmente alinhadas com as necessidades das comunidades locais? A alocação de recursos, por si só, não garante o sucesso das políticas educacionais. É fundamental que tais recursos sejam utilizados de maneira a refletir as necessidades reais da população local, algo que, conforme sugerem os estudos de Hora (2021), nem sempre ocorre de forma eficaz. A autora discute as concepções de educação e justiça e como elas podem ser articuladas na gestão democrática das escolas, um aspecto que deve ser central na revisão das políticas educacionais.

A educação na Amazônia enfrenta o desafio de integrar práticas sustentáveis em seu currículo, um aspecto vital para o desenvolvimento da região. Ferreira et al. (2024) destacam a importância da agricultura familiar como uma dessas práticas, indicando que há esforços para incorporá-la ao sistema educacional. No entanto, a efetiva integração dessas práticas sustentáveis no ensino ainda é uma meta distante. Isso demonstra uma desconexão entre o que é idealizado nas políticas e o que é efetivamente praticado nas escolas.

A crítica de Stromquist (2012) sobre a educação latino-americana em tempos globalizados oferece um contexto importante para essa discussão. A autora aponta que, apesar de haver uma crescente preocupação com a adequação das políticas educacionais às

novas demandas globais e locais, ainda existem muitas barreiras a serem superadas. A globalização exige uma resposta educacional que contemple tanto as necessidades universais quanto as específicas, um equilíbrio que ainda não foi totalmente alcançado na Amazônia.

A revisão das políticas educacionais na Amazônia deve, portanto, considerar a capacidade de adaptação das estratégias à realidade local. Isso envolve não apenas reconhecer as necessidades específicas das comunidades, mas também implementar programas que possam ser sustentáveis a longo prazo. Fagnani (2017) discute o fim do ciclo de cidadania social no Brasil, um contexto que também impacta diretamente as políticas educacionais, sugerindo que os avanços alcançados em décadas anteriores estão em risco.

É necessário que haja um compromisso contínuo com a inovação nas políticas educacionais para a Amazônia. As práticas devem ser constantemente revisadas e atualizadas para garantir que sejam relevantes e eficazes. O desafio está em manter uma dinâmica que acompanhe as rápidas mudanças sociais e ambientais características da região, algo que ainda não foi plenamente realizado.

A avaliação das políticas educacionais deve ser um processo contínuo e crítico. A análise deve ir além da verificação de conformidade com as diretrizes nacionais ou internacionais, focando no impacto real dessas políticas na vida dos estudantes amazônicos. Isso implica uma mudança de paradigma na forma como as políticas são formuladas e implementadas.

As estratégias de implementação dessas políticas devem também ser inclusivas, garantindo que todas as vozes das comunidades amazônicas sejam ouvidas. Este é um aspecto que tem sido frequentemente negligenciado, resultando em políticas que são descontextualizadas e, portanto, menos eficazes. A inclusão pode fortalecer a relevância e a aceitação das políticas educacionais na região.

Finalmente, é vital que os formuladores de políticas e os educadores trabalhem juntos para criar um ambiente educacional que não apenas informe, mas também transforme. A educação na Amazônia deve ser vista como uma ferramenta de empoderamento, capaz de promover a sustentabilidade e a justiça social. Para isso, é essencial que as políticas educacionais sejam baseadas em uma compreensão profunda e respeitosa das tradições e desafios locais.

Portanto, ao refletir sobre as políticas educacionais na Amazônia, deve-se reconhecer que a jornada rumo a uma educação verdadeiramente inclusiva e eficaz é

complexa e repleta de desafios. No entanto, é um caminho necessário para garantir que a educação contribua significativamente para o desenvolvimento sustentável da região. Este é um esforço contínuo que requer dedicação, inovação e, acima de tudo, um compromisso com a justiça e a equidade.

2.3 DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS

A desigualdade educacional na Amazônia manifesta-se através de uma intrincada rede de fatores socioeconômicos e geográficos que enfatizam as disparidades existentes na região. Ferreira e Santos (2014) elucidam como a distribuição desequilibrada de recursos educacionais entre diversas comunidades amazônicas contribui para um cenário onde o acesso e a qualidade do ensino são privilégios não universalmente garantidos. Essa situação revela um panorama onde a educação, ao invés de servir como um vetor de igualdade, acaba por acentuar as diferenças sociais preexistentes.

As dificuldades de acesso físico às instituições de ensino, exacerbadas pela extensa área geográfica da Amazônia, impõem uma barreira significativa para a regularidade e a continuidade da educação nas comunidades mais isoladas. A consequência imediata desses obstáculos é observada nas altas taxas de abandono escolar, que Colares (2011) associa diretamente à inadequação das políticas públicas em adaptar-se às especificidades locais. Tal cenário demanda uma reavaliação das estratégias de implementação de infraestrutura educacional na região.

A falta de profissionais qualificados em áreas remotas é outro fator crítico que compromete a qualidade do ensino. A desvalorização da carreira docente, somada às condições de trabalho muitas vezes precárias, desestimula a permanência de educadores nessas localidades, perpetuando um ciclo de educação deficiente. Esse ciclo não apenas limita as oportunidades educacionais, mas também restringe o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes (Leff, 2010).

As discrepâncias na qualidade do ensino entre as áreas urbanas e rurais da Amazônia refletem-se nas disparidades de desempenho acadêmico. Estudantes de comunidades menos favorecidas frequentemente apresentam resultados inferiores em avaliações nacionais, evidenciando uma correlação direta entre a insuficiência de recursos educacionais e o rendimento escolar. Esta relação destaca a urgência de políticas públicas mais eficazes e equitativas que promovam um padrão de ensino uniforme (Silva et al., 2023a).

Além das barreiras físicas e materiais, as desigualdades educacionais na Amazônia também são moldadas por questões culturais e linguísticas. Muitas comunidades indígenas enfrentam um ensino que não respeita suas tradições linguísticas e culturais, o que pode alienar os alunos e diminuir a eficácia do processo educativo. A inclusão de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade cultural e linguística é fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva (Silva et al., 2023b).

Os impactos sociais da desigualdade educacional são vastos e multifacetados. A falta de uma educação de qualidade limita significativamente as oportunidades de emprego e ascensão social para indivíduos dessas comunidades, perpetuando ciclos de pobreza e dependência socioeconômica. A educação é frequentemente vista como um elevador social, mas na Amazônia, esse elevador muitas vezes não está ao alcance de todos (Colares, 2011).

Os impactos econômicos também são profundos. Uma população menos educada tende a ter menor produtividade e inovação, o que pode estagnar o desenvolvimento econômico da região. Investir em educação de qualidade é, portanto, não apenas uma questão de equidade social, mas também uma estratégia econômica vital para a sustentabilidade a longo prazo da Amazônia (Leff, 2010).

A interconexão entre a educação e outras áreas de desenvolvimento sustentável é inegável. A educação influencia a saúde, a preservação ambiental e a governança democrática, criando uma base para o progresso social e ambiental. Assim, a melhoria do acesso e da qualidade da educação na Amazônia é um ponto de partida crucial para o avanço em múltiplas frentes de desenvolvimento (Ferreira e Santos, 2014).

A integração de valores ambientais e sociais no currículo escolar pode fortalecer a relação das comunidades com seu ambiente, promovendo a sustentabilidade. Enrique Leff (2010) destaca a importância de uma educação que prepare os indivíduos para lidar com os desafios contemporâneos da sustentabilidade, respeitando e valorizando os saberes locais e as práticas sustentáveis.

O reconhecimento e a valorização das crenças indígenas e outras perspectivas espirituais sobre recursos naturais como água, terra e florestas podem enriquecer o currículo educacional, oferecendo uma perspectiva mais holística e integrada da realidade amazônica. Este enfoque não apenas beneficia os alunos indígenas, mas também enriquece o aprendizado de todos os estudantes, promovendo uma maior conscientização e respeito pela diversidade cultural e ambiental (Silva et al., 2023b).

Para enfrentar as desigualdades educacionais na Amazônia, é necessário um compromisso renovado das autoridades educacionais em compreender e atender às necessidades específicas das diversas comunidades da região. Isto implica um esforço concertado para alocar recursos adequadamente, desenvolver políticas inclusivas e sustentáveis, e garantir que cada criança, independentemente de sua localidade ou condição socioeconômica, tenha acesso a uma educação de qualidade.

A tarefa de reformular a educação na Amazônia é complexa e exigirá a colaboração de múltiplos *stakeholders*, incluindo governos, comunidades locais, educadores e organizações não governamentais. A criação de uma estrutura educacional que seja ao mesmo tempo inclusiva, sustentável e adaptável às particularidades da região Amazônica é essencial para que se possa vislumbrar um futuro onde a desigualdade educacional seja significativamente reduzida.

2.4 PROPOSTAS PARA A MELHORIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A perpetuação das desigualdades educacionais na Amazônia constitui um desafio contínuo para as políticas públicas no Brasil. Observa-se, conforme elucidado por Barros, Henriques e Mendonça (2000), que a estabilidade inaceitável da pobreza e da desigualdade social no país se reflete de forma aguda nas regiões menos acessíveis, como a Amazônia. Isso demanda uma revisão crítica e abrangente das estratégias políticas atualmente empregadas.

É fundamental reconhecer a necessidade de inovações que considerem as peculiaridades locais. Neste contexto, a integração dos saberes indígenas com os conhecimentos científicos, proposta por Silva et al. (2024), aparece como uma estratégia promissora para construir um sistema educacional que respeite e valorize as diversidades culturais e ambientais da região.

A implementação de tecnologias educacionais adaptadas para a Amazônia é uma proposta viável que pode ajudar a superar os obstáculos de acesso ao conhecimento em áreas remotas. Castells e Cardoso (2005) destacam que o aproveitamento da sociedade em rede pode ser crucial para a democratização do acesso à educação através de inovações tecnológicas, possibilitando ações políticas mais efetivas na região.

Durante a pandemia de COVID-19, a educação online emergiu como uma alternativa eficaz em contextos adversos, como demonstram Tenório, Ferreira e Nobre (2020). Esta experiência pode ser adaptada para a realidade amazônica, oferecendo modelos

educacionais que sejam ao mesmo tempo flexíveis e capazes de atender às necessidades específicas das comunidades locais.

A educação na Amazônia também poderia se beneficiar significativamente de uma gestão que envolva mais intensamente as comunidades locais. Guiomar N. de Mello (1990) argumenta que a democracia educacional é fortalecida quando as comunidades participam ativamente na definição dos objetivos e métodos educacionais, uma prática que poderia ser extremamente benéfica na Amazônia.

Além disso, é imperativo considerar a formação de educadores dentro dessa realidade contextual. Programas de formação de professores que focam na realidade socioambiental da Amazônia e na valorização dos conhecimentos locais podem resultar em práticas pedagógicas mais relevantes e engajadas com o contexto local. Propõe-se também a criação de redes de colaboração entre universidades, organizações não governamentais e governos locais para fomentar a pesquisa e a aplicação de soluções educativas adaptadas à região.

Essa rede colaborativa poderia facilitar a troca de informações e melhores práticas, enriquecendo o processo educativo. Seria benéfico implementar projetos educacionais que utilizem as tecnologias de informação e comunicação para criar "salas de aula virtuais", onde alunos de diferentes partes da Amazônia possam aprender juntos e compartilhar experiências, superando as barreiras físicas que a geografia impõe.

Outra medida relevante seria o investimento em infraestrutura básica, como acesso à internet de alta velocidade, que é um pré-requisito para a implementação eficaz de muitas soluções educacionais modernas. Este investimento deve ser acompanhado de políticas públicas que garantam a sustentabilidade e a manutenção dessas infraestruturas. Além das tecnologias, é crucial que os programas educacionais sejam acompanhados de suporte psicossocial, especialmente em áreas onde as comunidades enfrentam desafios socioeconômicos significativos.

Isso ajudaria a garantir que os alunos estejam aptos a se engajar plenamente no processo de aprendizagem. Por fim, deve-se considerar a importância da avaliação contínua dessas políticas e práticas educacionais. Estabelecer mecanismos de feedback eficazes com as comunidades educacionais locais pode fornecer dados valiosos para o ajuste e a melhoria contínua das estratégias implementadas.

Portanto, é necessário um compromisso robusto e continuado das autoridades educacionais e políticas para transformar a educação na Amazônia, visando não apenas

reduzir as desigualdades, mas também promover uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e capaz de potencializar o desenvolvimento sustentável da região. Implementando essas estratégias, pode-se alcançar um avanço significativo na qualidade educacional oferecida, trazendo benefícios duradouros para toda a comunidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão das políticas educacionais na Amazônia indica um progresso notável em algumas áreas, porém revela persistentes desigualdades que afetam predominantemente as comunidades mais isoladas. Este estudo comparativo sugere que, apesar dos esforços governamentais, as iniciativas existentes não são suficientemente robustas para superar os desafios geográficos e socioeconômicos intrínsecos à região. A falta de infraestrutura adequada e a escassez de recursos didáticos continuam sendo barreiras significativas que impedem uma educação de qualidade.

É evidente que as políticas educacionais precisam ser mais adaptativas às condições locais, envolvendo a comunidade no processo de formulação e implementação. A participação comunitária pode não apenas aumentar a relevância e a eficácia das políticas, mas também promover uma maior aceitação e engajamento por parte dos habitantes locais. Este aspecto é crucial para o sucesso de qualquer intervenção educacional na região e para a redução das desigualdades educacionais.

A formação de professores surge como um componente crítico neste contexto. A capacitação dos educadores para enfrentarem os desafios específicos da região, incluindo barreiras linguísticas e culturais, é fundamental. Programas de formação que enfatizem métodos de ensino adaptáveis e que respeitem as diversidades culturais podem contribuir significativamente para a melhoria do ensino.

Outro aspecto que merece atenção é a implementação de tecnologias educacionais adaptadas para áreas remotas. Ferramentas de aprendizagem digitais, quando integradas de forma eficaz, podem oferecer aos estudantes acesso a conteúdos educacionais ricos e diversificados, compensando a falta de recursos físicos. Essa estratégia pode ser particularmente eficaz em comunidades onde o acesso tradicional à educação é limitado.

Apesar dos desafios, existem iniciativas promissoras que têm demonstrado potencial para mitigar as desigualdades. Projetos que integram saberes locais e conhecimentos científicos no currículo escolar têm mostrado resultados positivos, promovendo uma educação mais inclusiva e representativa. Tais programas valorizam o

patrimônio cultural da Amazônia e fortalecem a identidade regional, ao mesmo tempo em que fornecem uma educação relevante e engajadora.

No entanto, a sustentabilidade dessas políticas depende de compromissos de longo prazo e de investimentos contínuos por parte das autoridades governamentais. A alocação de recursos adequados e a constante avaliação das estratégias implementadas são essenciais para garantir que as melhorias na educação sejam duradouras e efetivas. Em conclusão, o impacto das políticas educacionais na redução das desigualdades sociais entre as comunidades na Amazônia ainda é um desafio em andamento.

A complexidade das questões envolvidas exige uma abordagem multifacetada e profundamente comprometida com as especificidades da região. Para o futuro, é essencial que as políticas educacionais sejam continuamente revisadas e adaptadas, assegurando que cada comunidade amazônica tenha a oportunidade de superar as barreiras educacionais e prosperar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares de; SILVA, Clodoaldo Matias da; STRIBEL, Guilherme Pereira. Os obstáculos para estabelecer a democracia moderna no século XXI: conceito, qualidade e crise. **Nova Hileia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, v.14, 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **RBCS** Vol. 15 no 42 fevereiro/2000.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**. Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005.

COLARES, Anselmo Alencar. História da Educação na Amazônia: questões de natureza teórico-metodológicas: críticas e proposições. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 187-202, 2011.

COSTA, Sérgio. **Estrutura Social e Crise Política no Brasil**. vol.61 no.4. Rio de Janeiro Oct./Dec. 2018.

FAGNANI, Eduardo. **O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015)**. Campinas: Unicamp. (Texto para discussão, n. 308). 2017.

FERREIRA, Cleia; SANTOS, Everton. Políticas Públicas Educacionais: Apontamentos Sobre o Direito Social da Qualidade na Educação. **Revista Labor**, [s. l.], ano 2014, v. I, n. II. 2014.

FERREIRA, Natália Jacob; SOARES, Sandra Lauana Gomes; SILVA, Maria Eduarda Moraes da; SILVA, Clodoaldo Matias da. Agricultura familiar na Amazônia: práticas sustentáveis e geração de renda. **SUSTENTARE & WIPIS**, São Paulo: Campinas, 2024.

HORA, Dinair Leal da. Concepções de Educação e Justiça: articulação possível com a gestão democrática da escola. **Revista Exitus**, v. 11, p. 1-13, 2021.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEMO, Cátia; MATOS, Maria Almerinda de Souza. Escola democrática e de direitos inclusivos em meio aos desafios Amazônicos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 57, p. 1-26, e-21293, jul./set. 2020.

MELLO, Guiomar N. de. **Social democracia e educação: teses para discussão**. São Paulo, Cortez Editora/Editora Autores Associados, 1990.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. A dialética na pesquisa em Educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Clodoaldo Matias da; SILVA, Karla Emília Furtado e; SOARES, Sandra Lauana Gomes; ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares de. *Dialogue of knowledge's: the importance of the partnership between scientists and indigenous peoples for the preservation of traditional knowledge*. **DELOS: Desarrollo Local Sostenible**, Curitiba, v.17, n.53, p. 01-10, 2024.

SILVA, Clodoaldo Matias da; SILVA, Luis Claudio Figueiredo da; OLIVEIRA, Maria das Graças Maciel de. As formas democráticas de participação social e a mediação escolar. **Idade: Revista Eletrônica de Direito da UEA**, v.8, 2023.

912

SILVA, Clodoaldo Matias da; SILVA, Maria Eduarda Moraes da; SILVA, Luis Claudio Figueiredo da; ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares de. **A influência da dinâmica fluvial no ciclo de cheias e vazantes e sua relação com as atividades das comunidades ribeirinhas**. XI Semana de Geografia - Amazônia +10: Mundo das Águas. UEA, Manaus, AM., 2023a.

SILVA, Clodoaldo Matias da; SOARES, Sandra Lauana Gomes; LIMA, Elizabete Menezes de; ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares de. **Ética, política e o direito à água, terra e florestas: crenças indígenas e outras perspectivas espirituais**, 2023b. (Apresentação de Trabalho). Local: Amazonas; Cidade: Manaus; Evento: VII EPPPAC. IFAM.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

STROMQUIST, Nelly P. Educação Latino-Americana em Tempos Globalizados. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, 29, jan./abr. 2012, p. 72-99.

TENÓRIO, Stefanie Sônia Alves Tenório; FERREIRA, Fausta Maria Emília de Carvalho; NOBRE, Alena Pimentel Mello Cabral. **Desafios e potencialidades da inserção da educação on-line no Brasil em meio à pandemia do covid-19**. In: II Secap – Semana Científica do Agreste Pernambucano, v. 2, 2020, Garanhuns.